




A Política Pública de Atendimento às Vítimas da Violência Doméstica/Intrafamiliar: As Representações Sociais dos Profissionais da Rede Pública

The Public Policy of Service to Victims of Domestic/Family Violence: The Social Representations of Public Network Professionals

Andeia de Costa¹ 
Karla Maria Damiano Teixeira² 
Ana Isabel Sani³ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2022v7n2.57680]

Recebido em: 15/02/2021
Aprovado em: 14/09/2022

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi compreender os atendimentos prestados às mulheres e aos seus filhos, vítimas da violência doméstica e/ou intrafamiliar, por meio das representações sociais dos profissionais da rede pública de atendimento no município de Viçosa/MG. As violências cometidas contra a mulher no ambiente familiar são práticas resultantes de uma cultura machista e discriminatória, estabelecida ao longo dos anos. Tal fenômeno social e familiar atinge todos os envolvidos neste contexto, principalmente mulheres e seus filhos. Assim, adolescentes e crianças também se tornam vítimas pela exposição às agressões cometidas entre seus pais. Para tanto, foram realizadas 17 entrevistas com profissionais que atuavam em três instituições de atendimento. Foi realizada a análise do conteúdo lexical com o auxílio do software IRaMuTeQ. Como resultado, os termos mulher, criança, vítimas e violências apareceram próximos, porém, distantes dos termos ligados às ações prestadas pelas instituições de atendimento, como política, atendimentos, enfrentamento, lei e recursos. Permite-se concluir que a política pública de enfrentamento a violência doméstica/familiar precisa ser reestruturada, por meio de um sistema integrado entre as instituições de apoio (saúde, justiça, assistência social e educação), para que ações implementadas atinjam todos envolvidos e não sejam descontinuadas antes de atingir seus objetivos. Os resultados apresentados constituem um avanço para os estudos relacionados à violência no ambiente familiar e fornecem base

¹ Universidade Federal de Viçosa – E-mail: andreialannabrand@gmail.com.

² Universidade Federal de Viçosa – E-mail: kdamiano@ufv.br.

³ E-mail: anasani@ufp.edu.pt.

para o fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com apoio tanto para as mulheres/mães como para crianças e adolescentes/filhos, que também são vítimas dessa violência.

Palavras-chave: violência doméstica; violência familiar; política pública; enfrentamento.

Abstract: The objective of this research was to understand the care provided to women and their children, victims of domestic and/or intrafamily violence, through the social representations of professionals in the public service network in the city of Viçosa/MG. Violence against women in the family environment is the result of a sexist and discriminatory culture, established over the years. This social and family phenomenon affects everyone involved in this context, especially women and their children. Thus, adolescents and children also become victims due to exposure to aggressions committed between their parents. To this end, 17 interviews were carried out with professionals who worked in three care institutions. The analysis of the lexical content was performed with the help of the IRaMuTeQ software. As a result, the terms woman, child, victims and violence appeared close, however, far from the terms linked to the actions provided by care institutions, such as policy, care, confrontation, law and resources. It is possible to conclude that the public policy to combat domestic/family violence needs to be restructured, through an integrated system between support institutions (health, justice, social assistance and education), so that implemented actions reach everyone involved and not discontinued before reaching their goals. The results presented constitute an advance for studies related to violence in the family environment and provide a basis for strengthening the Network to Combat Violence against Women, with support for both women/mothers and children and adolescents/children, who are also victims of that violence.

Keywords: domestic violence; family violence; public policy; coping.

1. Introdução

A violência doméstica e familiar é uma prática resultante de uma cultura machista e discriminatória que se estabeleceu ao longo dos anos. É considerado entre os mais sérios problemas enfrentados pela sociedade e contempla diversas práticas, como maus-tratos físicos, emocionais, psicológicos e verbais, gerando dor e medo para as vítimas das agressões⁴⁵. As práticas abusivas podem acarretar em consequências traumáticas, não só para as vítimas diretas das agressões, mas também para outros

⁴ SILVA, S.A. *et al.* (2015). Análise da violência doméstica na saúde das mulheres. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v.25, n.2, pp. 182-186. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/103009>. Acesso em: 20 jan.2021.

⁵ ORR, C., *et al.* (2020). A Demographic Profile of Mothers and Their Children Who Are Victims of Family and Domestic Violence: Using Linked Police and Hospital Admissions Data. *Journal of Interpersonal Violence*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260520916272>. Acesso em: 15 dez.2020.

indivíduos que as vivenciam, tendo maior consequência quando a vivência ocorre na infância^{6 7}. Crianças que vivem em lares onde a prática de violência faz parte do cotidiano podem experimentar os efeitos da violência de várias maneiras. Elas podem aprender os comportamentos agressivos presenciados e/ou desenvolver problemas emocionais e cognitivos⁸.

No Brasil, como forma de prevenir e coibir a violência doméstica e familiar, foi criada a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que passou a considerar a violência doméstica como um crime específico. A Lei Maria da Penha prevê políticas públicas integradas entre os órgãos responsáveis, como a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. A lei tem o objetivo de ajudar mulheres, vítimas de violência doméstica, a reconstruírem suas vidas e se recuperarem dos traumas sofridos.

Em consonância com a Lei nº 11.340/2006 encontra-se a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborada pela Secretária de Políticas para as Mulheres, com a finalidade de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, como, também, assistência e garantia de seus direitos. Então, o trabalho em rede surge-se com o objetivo de integrar os atendimentos em que a mulher, em situação de violência, percorre. No âmbito do governo, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços: Centro de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigos; Casa de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as

⁶ CLARKE, A. *et al.* (2020). Violence exposure and young people's vulnerability, mental and physical health. *International Journal of Public Health*, v.65 pp. 357–366. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00038-020-01340-3>. Acesso em: 09 nov.2020.

⁷ RIVAS, E., BONILLA, E., & VÁZQUEZ, J. (2020). Consequências da exposição a abusos na família de origem entre vítimas de violência praticada por parceiro íntimo na Nicarágua. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 90 n.1, pp. 1-8. Disponível em: <https://doi.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fort0000374>. Acesso em: 15 mar. 2020.

⁸ HASSELLE, A.J *et al.* (2020). 'Childhood Exposure to Partner Violence as a Moderator of Current Partner Violence and Negative Parenting', *Violence Against Women*, v.26 n.8, pp. 851–869. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801219847291>. Acesso em: 04 dez.2020.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos e Nucleo da Mulher da Casa do Migrante (Brasil, 2011).

Recentemente, foi sancionada a Lei nº 14.022/2020, garantindo a ininterruptão dos atendimentos às vítimas da violência doméstica/familiar, mesmo diante da pandemia causada pelo coronavírus – COVID-19⁹. Em função da pandemia ocasionada pelo COVID-19, a situação de isolamento social potencializou os desafios vivenciados pelas mulheres vítimas de violência no ambiente doméstico/familiar, que foram forçadas a conviver mais tempo com o agressor¹⁰. Segundo uma pesquisa de dados digitais realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os relatos de violência conjugal testemunhada por vizinhos apresentaram um aumento de 431% entre os meses de fevereiro e abril de 2020. Somente em abril, houve aumento de 53% nos casos. Outro agravante apontado no estudo é a dicotomia entre o aumento de casos de abuso e a diminuição das denúncias, possivelmente explicada pela dificuldade encontrada pelas vítimas de sair de casa ou pelo medo, por estarem constantemente com o parceiro¹¹.

Considerando que o indicativo seja de que essas mulheres, na maioria dos casos, são agredidas no ambiente familiar, surge a preocupação com seus filhos, crianças e adolescentes, expostos a essas agressões. As práticas agressivas vivenciadas podem modelar, inclusive, o comportamento agressivo de uma criança¹²¹³¹⁴. Segundo Sani, a criança constrói os significados e representações sobre a violência interparental a partir

⁹ BRASIL, Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara. (2010). 34 p. [882143] CAM. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html>. Acesso: 10 nov. 2020.

¹⁰ BRASIL, Senado Federal. (2020). CDH aprova monitoramento eletrônico de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. *Brasília, DF*: Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/12/cdh-aprova-monitoramento-eletronico-de-medidas-protetivas-da-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 11 dez.2020.

¹¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). (2020). Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/. Acesso em: 09 dez.2020.

¹² ELIAS, N. Ü. Z. (1998). Frankfurt am Main: Suhkamp Taschenbuch Verlag, 1984. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

¹³ RIBEIRO, M.C.O., & SANI, A.I. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, pp. 176-186. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/909>. Acesso em 10 dez.2020.

¹⁴ GODO, C. K., FREITAS, S. M. F., & CARVALHO, T. B. (2011). Motivação na Aprendizagem Organizacional: Construindo as Categorias Afetivas, Cognitivas e Social. ADM. MACKENZIE, v. 12, n. 2. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ram/v12n2/a03v12n2.pdf>. Acesso: 08 mar. 2020.

das suas experiências com os incidentes vivenciados¹⁵. Nesse contexto, o processo de testemunhar a violência pode contribuir para uma possível revitimização/perpetração na fase adulta, denotada como “transmissão intergeracional”, uma vez que fora algo construído ao longo da infância e, inevitavelmente, aprendido, o que confere um caráter de naturalização da violência^{16 17}.

Corroborando com esse entendimento, a pesquisa realizada por Singulano e Teixeira, em que analisaram a percepção de adolescentes sobre a causa da violência doméstica e familiar contra as mulheres, apontou para a prevalência de opiniões formuladas a partir das experiências pessoais dos adolescentes, permanecendo a naturalização da violência contra a mulher e dos valores machistas entre os adolescentes, especialmente entre os meninos¹⁸. A pesquisa apontou a necessidade de se investir em ações visando a prevenção primária da violência.

Além dos esforços do Estado por meio da criação de leis de proteção às crianças e adolescentes, são necessários estudos para averiguar, na prática, a situação de filhos de mulheres que sofrem violência doméstica/familiar. Diversas áreas, como a criminologia, saúde pública, sociologia e psicologia, têm direcionado seus estudos para compreender a complexidade da violência familiar e contribuir para que o Estado crie estratégias de combate à violência familiar. As estratégias de combate devem levar em consideração os tipos de interações violentas, considerando o perfil das vítimas e do agressor e o estágio da violência vivenciada¹⁹.

¹⁵ LEAL, M. B. G., SOUZA, R., & Castro, A. C. D. (2015). Desenvolvimento Humano e teoria bioecológica: ensaio sobre “O contador de histórias”. *Psicol. Esc. Educ*, vol.19, n.2, Maringá. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000200341&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 28 mai. de 2020.

¹⁶ RIVAS, E., BONILLA, E., & VÁZQUEZ, J. (2020). Consequências da exposição a abusos na família de origem entre vítimas de violência praticada por parceiro íntimo na Nicarágua. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 90 n.1, pp. 1-8. Disponível em: <https://doi.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fort0000374>. Acesso em: 15 mar. 2020.

¹⁷ WAGNER, J., JONES, S., TSAROUCHA, A. & CUMBERS, H. (2019). Intergenerational Transmission of Domestic Violence: Practitioners' Perceptions and Experiences of Working with Adult Victims and Perpetrators in the UK: Practitioners' Perceptions of Domestic Abuse Transmission. *Child Abuse Review*, v. 34. pp. 577–588. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10896-018-0018-9>. Acesso em: 06 mai.2020.

¹⁸ SINGULANO, Y. L., & DAMIANO, T. K. M. (2020). Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Oikos: Família E Sociedade Em Debate*, v. 31 n. 1, pp. 96-118. Disponível: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/8979>. Acesso: 20 jan. 2021.

¹⁹ SANI, A. I., ALMEIDA, T. (2011). Violência interpaparental: a vitimação indireta de crianças. In A. I. Sani (Coord.), *Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais*. Edições Almedina, Coimbra, pp.11-32.

Diante desse contexto, este trabalho buscou compreender os atendimentos prestados às mulheres e aos seus filhos, analisando as representações dos profissionais que atuam na política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar no município de Viçosa/MG. Como aporte teórico, foi utilizada a Teoria do Programa, para compreender como as intervenções, projetos, programas, estratégias e iniciativas das redes assistenciais do governo estão sendo implementadas para dar suporte às vítimas.

2. Desenvolvimento

2.1. Marco Teórico

Como aporte teórico, foi utilizada a Teoria do Programa para compreender as ações e resultados implementados pela política pública de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar no município. A Teoria do Programa é vista como um arcabouço de conhecimento que fundamenta, organiza, categoriza, descreve e explica o funcionamento dos programas, isto é, a maneira pela qual as intervenções foram desenhadas e pretendem atingir os objetivos pretendidos²⁰. Utilizada para avaliar programas e políticas públicas, como um todo, tanto no que concerne aos aspectos de avaliação, como na análise das informações ou diagnóstico dos resultados²¹.

Como componentes da Teoria do Programa, tem-se a Teoria da Mudança e a Teoria da Ação. A primeira está relacionada ao processo central, guiado pelo que se intenta mudar; uma interpretação de como uma intervenção pode levar aos resultados desejados. Já a Teoria da Ação explica como os programas ou outras intervenções são construídos para ativar a Teoria da Mudança²². Por meio delas é possível determinar o êxito ou falhas que porventura estejam ocorrendo no desenvolvimento das atividades do programa, apontando aspectos em que o programa deve ser aprimorado²³.

Uma das formas de se desenhar e compreender a Teoria do Programa é por meio da utilização de Modelos Lógicos, maneira sistemática e visual de apresentar e compartilhar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações

²⁰ MOREIRA, V. S., SILVEIRA, S. F. R. (2018). Minha Casa, Minha Vida: Proposta de Avaliação com base na Teoria do Programa. RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v.7, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24713>. Acesso em 23 nov, 2020.

²¹ FREITAS, G.; SILVEIRA, S. F. R. (2015). Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. Planejamento de Políticas Públicas, n. 45. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/504>. Acesso em: 19 dez. 2020.

²² WEISS, C. H. (1998). Evaluation: Methods for studying programs and policies. 2. New Jersey: Prentice Hall.

²³ SHARPE, G. A. (2011). Review of Program Theory and Theory-Based Evaluations. American International Journal of Contemporary Research, v.1, n.3.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

programadas e as mudanças ou resultados que se espera alcançar²⁴. Uma das lógicas superadas é a diferenciação dos indicadores de insumo, processo, resultado e impacto²⁵.

Na pesquisa, considerou-se os insumos (INPUTS), atividades, produtos, resultados (OUTPUTS) e impactos. Nos insumos (INPUTS) consideram as estruturas físicas e os recursos humanos, estruturados para atender as vítimas da violência doméstica/familiar. Nas atividades consideram as atividades diretas, aquelas ligadas aos beneficiários do programa e as indiretas, aquelas necessárias para garantir a realização da política. Nos produtos, consideram as atividades implementadas, como o número de crianças e adolescentes atendidos pelo programa, o número de horas de duração de uma intervenção, o número de profissionais capacitados trabalhando no programa. Nos resultados (OUTPUTS), consideram as mudanças observadas após a implementação do programa, avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política. Por fim, em relação aos impactos, será avaliado se há mudança social pretendida²⁶.

2.2. Metodologia

Esse estudo, exploratório-descritivo, utilizou a abordagem quanti-qualitativa para descrever e compreender os atendimentos oferecidos às mulheres e filhos, vítimas pela violência doméstica e/ou familiar. O universo populacional e amostral foi composto por profissionais que trabalhavam na rede de atendimento às vítimas de violência doméstica/intrafamiliar. O contexto escolhido foram três instituições que oferecem atendimento socioassistenciais de proteção básica e especial à essas vítimas, a saber: CREAS, Núcleo Mulher Viçosa e Polícia Militar. O CREAS é uma instituição que oferece atendimentos assistenciais, psicológicos e jurídicos as pessoas violadas em seus direitos²⁷. O Núcleo Mulher Viçosa é uma instituição criada para ampliar os atendimentos oferecidos às mulheres vítimas de violência, com atribuições voltadas para o acolhimento

²⁴ CASSIOLATO, M.; & GUERESI, S. (2010). Como elaborar Modelo Lógico. IPEA, Nota Técnica nº 6. Brasília, DF.

²⁵ JUNUZZI, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, pp. 137-160. Disponível em: <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

²⁶ BRASIL, Casa Civil da Presidência da República. (2018). Avaliação de Políticas Públicas – Guia Prática de Análise Ex Ante. Brasília. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688. Acesso em: 22 abr. 2020.

²⁷ BRASIL, Ministério da Cidadania. (2015). Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: DF.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

e assistência psicológica, emocional e jurídica²⁸. Já a Polícia Militar é uma instituição que desenvolve atividades de proteção às vítimas, primeiro de forma imediata, em que se realiza o boletim de ocorrência e toma todas as medidas protetivas. A instituição também desenvolve um trabalho de prevenção, pela Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica (PPVD), em que àquelas mulheres atendidas, passam a fazer parte do programa de proteção, com o intuito de coibir novas práticas de violências²⁹.

Os dados foram coletados no período de 16 a 30 de novembro de 2020, por meio de entrevistas fundamentadas em um roteiro semiestruturado, realizadas virtualmente. No CREAS e no Núcleo Mulher Viçosa a amostra foi constituída pelos 12 profissionais ligados à assistência psicossocial e jurídica às vítimas, sendo 4 psicólogos (3 do CREAS e 1 do Núcleo Mulher Viçosa); 5 assistentes sociais (3 do CREAS e 2 do Núcleo Mulher Viçosa); e 3 advogados (2 do CREAS e 1 do Núcleo Mulher Viçosa). Na Polícia Militar a amostra foi constituída por 5 profissionais que atuam diretamente no enfrentamento a violência doméstica, indicados pelo coordenador da 10ª Companhia de Polícia Militar Independente de Minas Gerais, sendo 1 coronel tenente (com atuação de coordenação na política de enfrentamento); 1 cabo (que trabalha na elaboração de planos de enfrentamento por meio das ocorrências); 3 policiais militares com atuação PPVD. As entrevistas seguiram os seguintes eixos temáticos: o diagnóstico da situação que demandava atuação; as ações e procedimentos adotados após o diagnóstico; resultados alcançados com as intervenções; e, avaliação dos atendimentos.

Foram realizadas análises lexicográficas simples, multivariada e a Classificação Hierárquica Descendente, utilizando o *software* IRaMuTeQ (Interface de R pour IêS Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)³⁰. O *software* possibilitou a análise através de 4 formatos de gráficos: o Dendrograma de Classes para a

²⁸ VIÇOSA (MG). Núcleo Mulher Viçosa amplia o atendimento à mulheres na cidade, 2020. Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/nucleo-mulher-vicosa-amplia-o-atendimento-a-mulheres-na-cidade/72147>. Acesso em: 04 dez.2020.

²⁹ POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (2020). Violência Doméstica – Por Município. Armazém de Dados do CINDS/PMMG, Minas Gerais: PM. N° PM. v.150, pp. 433-1. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=806944A259B7>. Acesso em: 10 nov.20.

³⁰ O IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), criado por Pierre Ratinaud e mantido até 2009 na língua francesa. Atualmente conta com dicionários completos em várias línguas. O IRAMUTEQ é desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo *software* estatístico R. Contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outros (Camargo & Justo, 2013).

Classificação Hierárquica Descendente (CHD); o Mapa Fatorial para Análise Fatorial de Correspondência (AFC); e a Árvore Máxima de Similitude e Nuvem de Palavras.

Em um primeiro momento, foi realizada a análise estatística por meio da CHD. Nessa análise, os segmentos de textos foram separados em várias classes do vocabulário, de tal forma que foram obtidos os maiores valores possíveis numa prova de qui-quadrado (X^2). Também foi possível apresentar as oposições entre as classes sob a forma de dendograma. As principais frequências de palavras favoreceram a formação da representação³¹. Em um terceiro momento, foi realizada a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que possibilitou visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da CDH, por meio das correlações entre as variáveis, os léxicos com maiores frequências e co-ocorrências presentes nos discursos. Foram identificadas congruências e divergências dentro do grupo de pertencimento³².

Os dados obtidos pelas entrevistas e processados no *software* IRaMuTeQ originaram um *corpus* constituído de 725 STs, com um aproveitamento de 84% do conteúdo do *corpus*, o que representou 609 STs subdivididos de forma hierárquica e descendente nas classes interligadas entre si, formando categorias e subcategorias. Foram encontradas 13.860 ocorrências³³; 2.353 formas distintas de palavras; 19.11, em média, de formas por segmentos. Da análise do *corpus*, chegou-se a 06 classes de conteúdo representacional, cada uma delas ligada a um aspecto descritivo ou interventivo.

As árvores de similitudes e nuvens de palavras foram utilizadas como gráficos para representar a co-ocorrência dos termos e os índices de similitude das palavras que compuseram o Mapa Fatorial e o Dendograma de Classes. Nas árvores de similitudes, os círculos e as linhas representam a importância e/ou representatividade do conteúdo analisado. A linha e a distância entre os círculos indicam a força da ligação, sendo que quanto mais próximos, mais forte é o elo³⁴. Outra informação importante diz respeito aos

³¹ COUTO, P. L.S., *et al.* (2018). Dilemmas and challenges for HIV prevention in representations of Young Catholics. Online braz. J. nurs, v. 17, n. 1, pp. 97-108. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5909>. Acesso em: 14 mar.2019.

³² COUTO, P. L. S., *et al.* (2020). A presença do genitor no pré-natal: um estudo de representação sociais com gestantes. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.28. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/43407>. Acesso em: 07/12/2020.

³³ O número de ocorrências refere-se o número de caracteres retidos nos 84% do *corpus* sistematizado na CHD. Através do processo de lematização, as diferentes ocorrências são contabilizadas pelo *software* na sua forma reduzida, com base no radical correspondente à palavra sem flexão. Assim, o número de formas é menor do que o de ocorrência, visto que uma forma reduzida pode ocorrer no *corpus* em gênero, número, grau, etc.

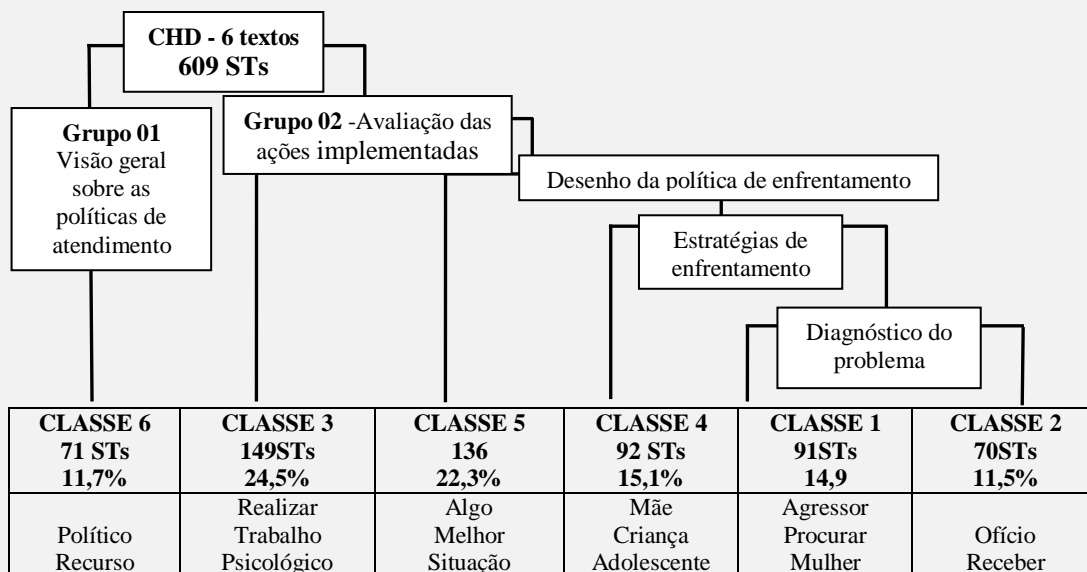
³⁴ ZHANG, W., & BANERJI, S. (2017). Challenges of servitization: A systematic literature review. Industrial Marketing Management, v. 65, pp. 217-227. Disponível em:

agrupamentos dos círculos, que são unidos por alguma característica comum, formando os clusters³⁵. A identificação dos clusters é representada por cores diferentes, proporcionando uma visão direta das conexões.

2.3. Resultados e Discussão

A pesquisa se propôs compreender as representações sociais dos profissionais sobre os atendimentos das instituições em que atuavam. A representação em forma de dendrograma (Figura 01) permitiu identificar a existência ou não de diferenças entre os grupos e a posição que cada grupo apresentou diante da política de atendimento no município. Analisando os temas, foi possível identificar a existência de 02 blocos: categorias gerais, composta pela classe 06, e outro bloco, composto pelas classes 05, 04, 03, 01 e 02. Na organização das classes, foi realizado o agrupamento levando em consideração a frequência e o percentual de distribuição de cada palavra em cada classe, considerando os qui-quadrados medidos³⁶. As classes foram divididas e subdivididas em eixos temáticos e nomeadas de acordo com o objetivo proposto pela pesquisa (Tabela 1).

Figura 01: Dendrograma das classes temáticas que emergiram da análise das entrevistas



<https://www.yellowcats.nl/media/1531/challenges-of-servitization-industr-mark-mgt-meta-study-2017.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

³⁵ CARVALHO, M. M., FLEURY, A., & LOPES, A. P. (2013). An overview of the literature on technology roadmapping (TRM): contributions and trends. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 80, n. 7, pp. 1418-1437. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162512002934?via%3Dihub>. Acesso em: 05 jan. 2021.

³⁶ CAMARGO, B.V., JUSTO, A.M. (2013). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 10 dez.2020.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

Enfrentamento	Família	Capacitação	Pai	Filho	Conselho
Modelo	Acompanhamento	Mulher	Presenciar	Núcleo	tutelar
Instrumento	Psicóloga	Tratamento	Comportamento	Causa	CREAS
Lei	Atendimento	Dependência	Escola	Casa	Encaminhamento
Público	Acolhido	Vitimização	Agredir	Vítima	Encaminhar
Protocolo	Assistente	Ajudar	Sintoma	Frequência	Medida
Relação	Acolhedor	Depender	Reproduzir	CREAS	Espontâneo
Formativo	Direito	Grupo	Vivenciar	Ambiente	Enviar
Política	Instituição	Sessão	Desafio	Violência	Denúncia
Falha	Jovem	Oferecer	Desafio	Direcionamento	Vítima
Opinião	Jurídico	Frequentar	Agressivo	o	Fórum
Sistema	Clínico	Aprimorado	Falar	Prioridade	Visita
Implementar	Clínico	Condição	Exposição	Risco	Casa
Intrafamiliar	Programa	Profissional	Violência	Parente	Judiciário
Intervenção	CAPS	Comunicação	Sofrer	Parceiro	Polícia
Plano	Atuar	Recusar	Filho	Local	Crime
Proteção	Psicossocial	Financeiro	Sinal	Militar	Autor
Prevenção	Melhora	Necessidade	Naturalizar	Homem	Delegacia
Protetiva	Integral	Lugar	Relatar		Militar
Violência doméstica	Individual	Ciclo	Episódio		Demanda
Exposição	Desenvolvimento	Sociedade	Desenvolver		Boletim
Sistema	o	Emprego	Violência		Diverso
Implementar	Adulto	Continuar	doméstica		Protetiva
Intrafamiliar	Processo	Conversa	Interparental		Mudar
Intervenção	Área	Cessar	Técnica		Conseguir
Plano	Município	Ajuda			Mulher
Proteção	Retorno				Ligar
	Assistência				

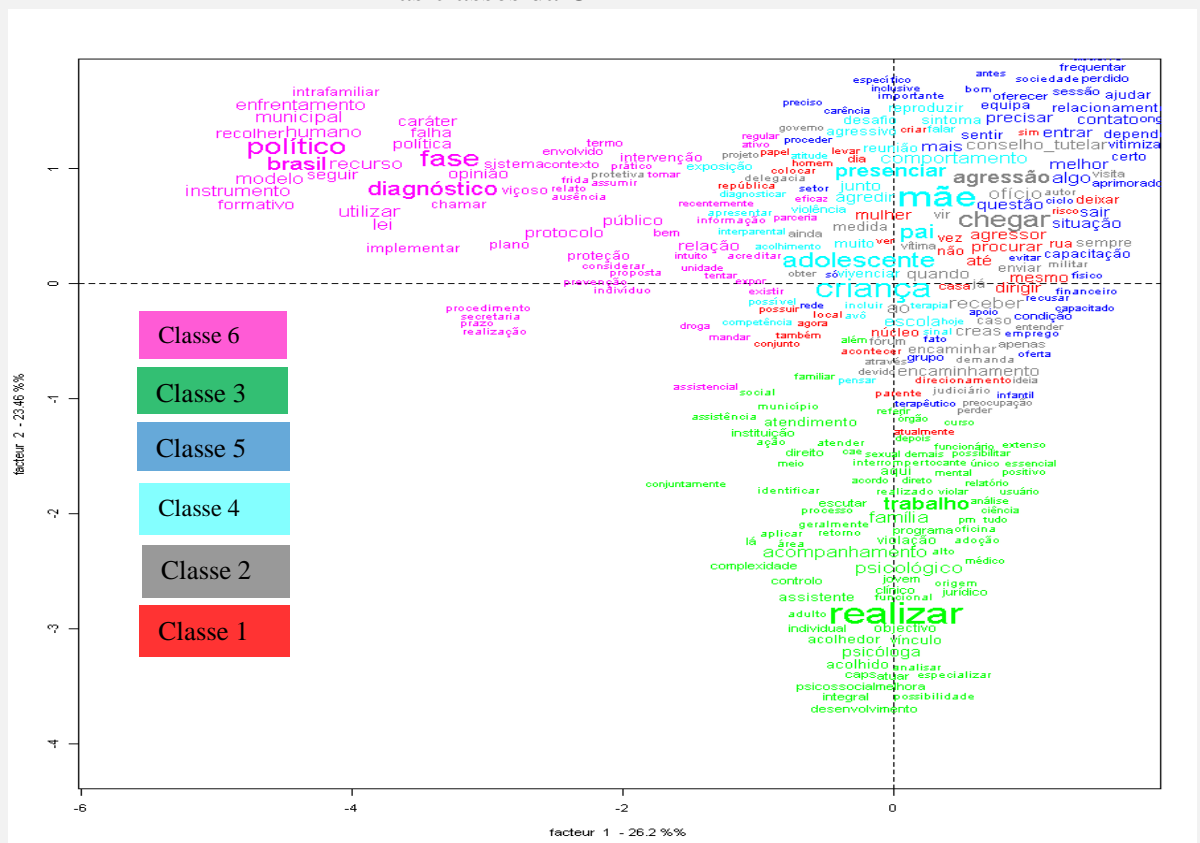
Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

Percebe-se que o *corpus* inicial foi dividido em 02 grupos, evidenciando os vocábulos com maior X^2 e as variáveis-atributos que contribuíram significativamente. O primeiro grupo foi composto apenas pela classe 06, que traz uma abordagem geral sobre a percepção dos profissionais sobre ações implementadas pela política de atendimento. Pela análise da sua posição, é possível inferir que há um distanciamento entre a classe 06 das demais classes. No segundo grupo, “avaliação das ações implementadas”, obteve-se 05 classes temáticas, que se subdividiram em outras categorias. A primeira delas é representada pelo agrupamento temático “resultados obtidos com a política pública de enfrentamento”, composto apenas pela classe 03. A segunda, “desenho das políticas de atendimento”, é composta pela classe 05 (ações e resultados esperados) e por outra ramificação (estratégia de enfrentamento). A ramificação “estratégia de enfrentamento”, por sua vez, é composta pela classe 04 (desafios para romper o ciclo de violência) e a ramificação “diagnóstico do problema”. As ramificações mais interligadas entre si foram as compostas pelas classes 01 e 02.

Observa-se da construção do dendrograma (Figura 1) a representação gráfica de Política Pública de Atendimento às vítimas da violência doméstica/familiar. O primeiro passo para a construção de uma política pública, com base na Teoria do Programa, é ter bem definido o problema a ser enfrentado, seus objetivos, público-alvo e as mudanças esperadas. Com essa construção, é possível chegar às ações necessárias para enfrentar o problema que demanda providência. A análise do dendrograma está apresentada na próxima seção.

Os resultados da AFC (Figura 1) corroboraram com os resultados da CHD. A variância total das palavras foi explicada pela soma dos valores percentuais das correlações emergidas com o processamento dos dados, com um total de 84% de aproveitamento do conteúdo do *corpus*, o que demonstra fidedignidade dos parâmetros estatísticos e consistência das respostas. As palavras que se encontram no meio, interseção entre os eixos, são interpretadas como as palavras que sobressaíram, com conteúdo mais relevante, no sentido comum das entrevistas. Palavras que mesmo pertencendo a outras classes de palavras estão intimamente ligadas a algum dos temas.

Figura 01: Análise Fatorial de Correspondência com a representação das relações entre as classes da CHD



Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

A AFC confirma e exemplifica a relação entre as classes. Da análise, observa-se uma aproximação entre as classes 02, 04 e 05 e um distanciamento das classes 03 e 06. Quando as classes de palavras tendem a ir para as extremidades, como no caso da classe 06 (cor roxa) e da 03 (cor verde), significa que o conteúdo que elas representam estão distantes. Acredita-se que esse distanciamento tenha relação com os apontamentos feitos pelos participantes, que indicaram uma fragilidade nas ações implementadas pelas políticas públicas de atendimento em rede. De acordo com a Teoria da Mudança, um dos componentes da Teoria do Programa, as classes distantes podem ser entendidas como pontos centrais que precisam ser revistos, levando em consideração como uma intervenção pode levar aos resultados desejados³⁷. Para confirmar essa hipótese, é importante a realização da análise de similitude, com a representação das árvores de similitude e nuvens de palavras, que serão feitas a seguir.

2.3.1. Visão geral sobre as políticas de atendimento (Grupo 1)

Inicialmente, no grupo 01, composto pela classe 06, foram agrupados os conteúdos referentes às percepções dos entrevistados sobre a política pública de enfrentamento à violência interpaparental. Foi obtido um aproveitamento de 14,9% na CHD, com 91 STs. As palavras que representam essa categoria foram sistematizadas na análise de similitude e estão apresentadas na Figura 2.

³⁷ WEISS, C. H. (1998). *Evaluation: Methods for studying programs and policies*. 2. New Jersey: Prentice Hall.

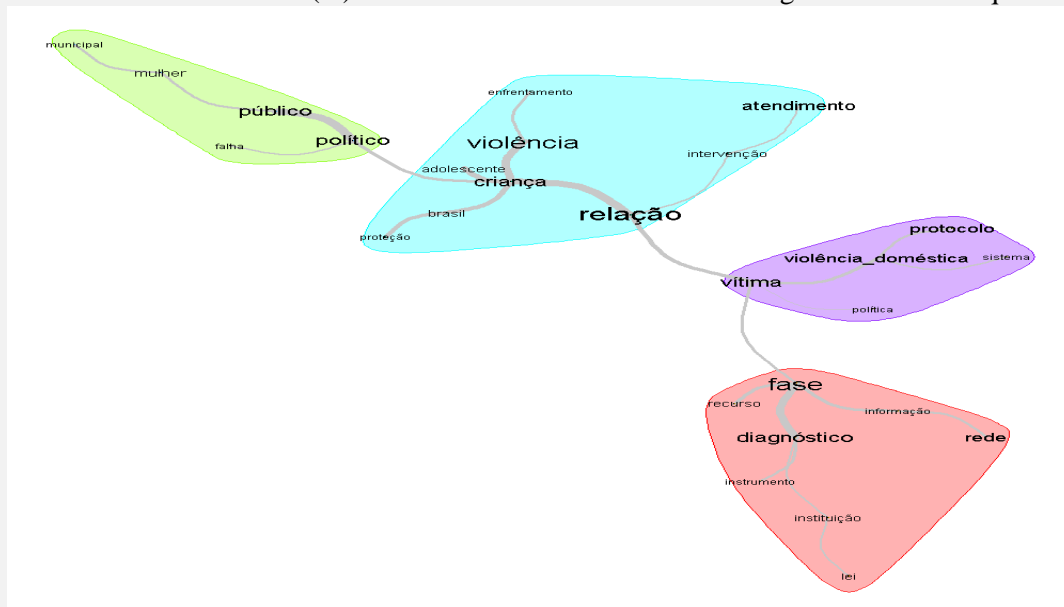
Figura 02: Similitude das palavras que indicam percepções sobre as ações implementadas.

Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

O resultado da análise de similitude trouxe indicações de conectividade entre as palavras, formando uma árvore de co-ocorrência, utilizada para interpretar a estrutura das representações. Os resultados desta análise, por meio dos clusters formados, se aproximam da avaliação, com base na Teoria da Mudança: fase do diagnóstico (cor rosa); as ações e procedimentos adotados após diagnóstico (cor lilás); resultados alcançados com as intervenções (cor azul claro); e, avaliação dos atendimentos (cor verde). Observa-se um distanciamento entre os grupos formados, sendo que os clusters de palavras encontram-se separados uns dos outros e linhas finas fazem a ligação entre eles. Apenas em alguns pontos há uma conexão maior, com linhas mais grossas. As ligações mais fracas e distantes indicam os pontos da política pública que precisam ser revistos para se chegar ao resultado almejado. A partir disso, podemos inferir que as ações implementadas para atender às vítimas pela exposição à violência doméstica/familiar apresentam falhas, demandando mudanças na sua estruturação. Os segmentos das entrevistas corroboram os resultados apresentados pela Figura 2.

(...) necessidade de um projeto de lei, acredito que havendo uma lei que torne as intervenções e protocolos obrigatórios, o processo funcione, além da cobrança de responsabilidade por parte das instituições. (P15 – Advogada - Núcleo Mulher Viçosa)

(...) desenvolver até um trabalho com agressor uma vez que a mulher



tem a opção de desvincular do companheiro, mas o filho não (...) (P16 – Psicóloga – Núcleo Mulher Viçosa).

(...) é preciso que ocorra uma revisão da legislação sobre as políticas públicas, pois como a lei que rege a coordenadoria, esta possui falhas. (P 15 – Advogada – Núcleo Mulher Viçosa)
(...) necessita interação com as escolas para saber do comportamento da criança atendida, acompanhar por um determinado tempo, boletim, comportamento, frequência, etc. (P4 – Psicóloga - CREAS)

Percebe-se a necessidade de implementações de ações de forma a integrar os profissionais da educação, saúde e assistência social, formando uma rede de atendimento. A política de atendimento do município apresenta dificuldades de trabalhar com todos os envolvidos no contexto familiar violento, principalmente no que se refere às crianças e adolescentes. É imprescindível a intervenção do Estado por meio de políticas públicas efetivas que tenham como objetivo ações voltadas para que as vítimas possam superar os traumas e romper com o ciclo. Em relação às crianças e adolescentes, os programas e/ou políticas públicas devem criar ações que envolvam conscientização e sensibilização nas escolas e mídia, considerando a influência desses espaços na vida dos adolescentes³⁸.

2.3.2. Avaliação de ações implementadas (Grupo 2)

No segundo grupo, categorizado pela avaliação das ações implementadas, obteve-se 05 classes temáticas, formando 02 grupos (Figura 1). O primeiro grupo foi formado apenas pela classe 03, enquanto o segundo conteve as classes 05, 04, 01, 02, que subdividiram em outras categorias. A nuvem de palavras apresentada na Figura 3 mostra o agrupamento e organização dos vocábulos pelo emprego de sua frequência.

Figura 03: Nuvem da ocorrência de palavras dentro da avaliação das ações



Fonte: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

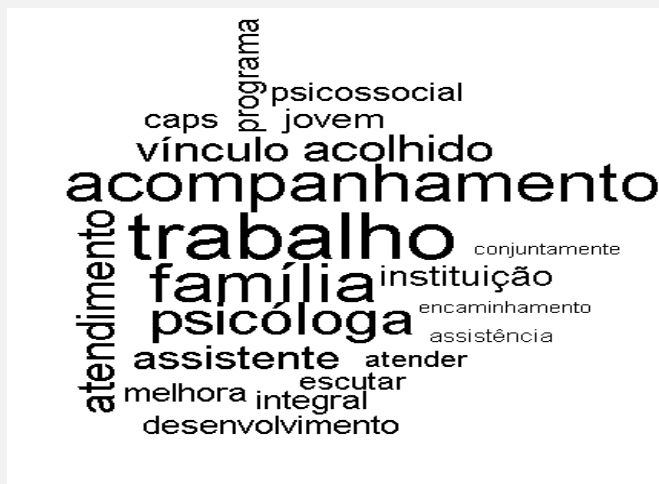
³⁸ SINGULANO, Y. L., & TEIXEIRA, K. M. D. (2020). Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Oikos: Família E Sociedade Em Debate*, v. 31, n.1, pp.96-118. Disponível: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/8979>. Acesso: 20 jan. 2021.

Pela Figura 3, observa-se que as palavras mulher, vítima, criança, violência aparecem no centro da figura, coocorrendo entre si. As ações, que devem ser implementadas para se trabalhar dentro de uma política de atendimento, aparecem nas extremidades da figura: diagnóstico, proteção, acolhimento, acompanhamento, escuta, assistência, terapia. Com base na Teoria do Programa, o distanciamento delas com as palavras que apareceram no centro pode indicar falhas na execução das atividades do programa³⁹. Esses resultados corroboram com os anteriores, que indicaram a necessidade de melhora na política pública de atendimento às vítimas de violência doméstica/familiar.

2.3.2.1 Política Pública de Enfrentamento

O grupo “política pública de enfrentamento”, formado somente pela classe 03, apresenta os resultados obtidos com a política de atendimento, os quais tiveram 24,5% dos STs retidos na CHD. A classe 03 retrata os resultados já obtidos com a política pública de atendimento no município de Viçosa/MG, representada pela nuvem de palavras na Figura 4.

Figura 04: Nuvem de palavras sobre a política pública de atendimento



Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

O *corpus* aponta os atendimentos realizados pelas redes, sendo que as palavras que tiveram maior frequência foram: acompanhamento, trabalho, família, psicóloga, assistente, vínculo acolhido e atendimento. Os segmentos nessa classe ressaltam as ações, atores e medidas interventivas implementadas com o objetivo de interromper qualquer

³⁹ SHARPE, G. A. (2011). Review of Program Theory and Theory-Based Evaluations. American International Journal of Contemporary Research, v.1, n.3.

forma de violação de direitos e fortalecer o vínculo familiar. Os entrevistados pontuaram que o processo de readaptação social é lento, tendo em vista que a família é um ambiente de privacidade e que é observada muita resistência, por parte das famílias, em dar continuidade às intervenções planejadas.

2.3.2.2 Desenho da política de atendimento

O grupo “desenho da política de atendimento” é representado pela categoria “desenho das políticas de atendimento”. Por sua vez, essa categoria é composta pela classe 05 (ações e resultados esperados) e por outra ramificação (estratégia de enfrentamento), composta pela classe 04 (desafios para romper o ciclo de violência) e mais uma ramificação (diagnóstico do problema). A ramificação mais interligada entre si é composta pelas classes 01 e 02.

Os resultados das análises anteriores demonstram a necessidade de reestruturação nos atendimentos, tanto no que se refere aos beneficiários da política quanto à execução das ações planejadas. Os segmentos dos sujeitos apontam falhas nos atendimentos, como: a falta de profissional capacitado; falta de estrutura física; falta de acompanhamento familiar envolvendo vítimas e agressores; falta de interação com algumas redes de atendimento, apontando para um novo modelo de intervenção, como ações protetivas e preventivas.

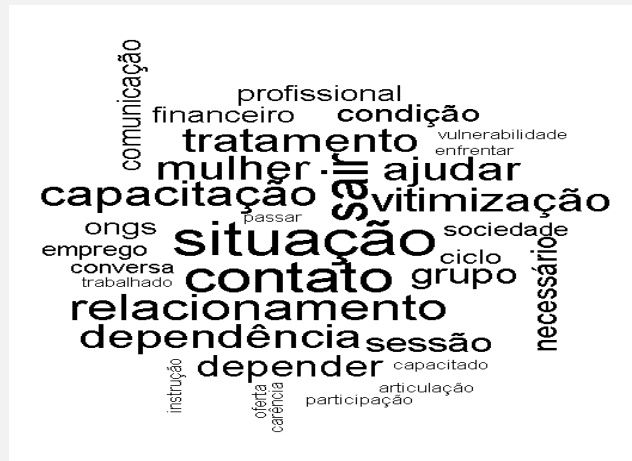
Com base na Teoria da Mudança, as atividades que demandam mudanças podem ser classificadas como direta ou indireta. As atividades diretas são ligadas ao beneficiário do programa (mulher/vítima, criança/adolescente/vítima, homem/agressor), e as indiretas são as necessárias para garantir a realização da política. Nas atividades diretas, visualiza-se os atendimentos especializados e estruturados de forma a atender tanto mulheres como crianças/adolescentes, incluindo, quando possível, o homem/agressor, com o objetivo de criar mecanismos de superação dos efeitos da violência. Por sua vez, as atividades indiretas estão voltadas para a capacitação de todos profissionais envolvidos, para que trabalhem de uma forma mais especializada com as vítimas e o agressor⁴⁰.

2.3.2.2.1 Ações e resultados esperados

⁴⁰ RIBEIRO, A. (2015). Teoria de mudança: aplicações e aprendizados em uma experiência brasileira. *Revista Brasileira de Avaliações*, vol. 9, pp.4-15. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/rbma201509002>. Acesso: 12 dez. 2020.

Na Classe 5, nomeada de ações e resultados esperados, obteve-se 22,3% de aproveitamento dos STs da CHD. A Figura 5 apresenta a nuvem de palavras obtida para essa classe.

Figura 05: Nuvem de palavras que tratam sobre as ações e resultados esperados.



Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

As palavras que mais se destacaram foram: situação, contato, sair, capacitação, vitimização, tratamento. Em seguida, destacaram-se palavras que remetem a ações necessárias para a construção de políticas mais extensivas e regulares, conforme expressado pelos sujeitos da pesquisa:

(...) função desempenhada dar suporte aos técnicos buscar melhorias para o equipamento promover uma melhor comunicação com a rede (P7 – Assistente Social - CREAS).

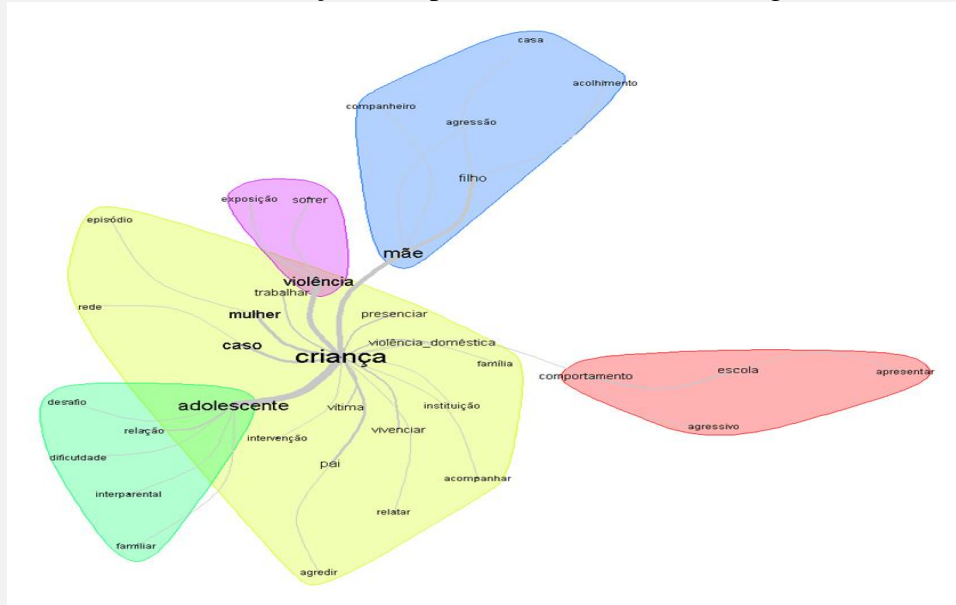
(...) objetivo funcional da instituição interromper qualquer forma de violação de direitos fortalecendo o vínculo familiar do público alvo com o intuito de promover uma qualificação e cessar a dependência financeira de seu cônjuge agressor e seu filho (P1 – Advogada - CREAS).

Na classe 5, os sujeitos apontam medidas que esperam alcançar com uma política estruturada de atendimento: integração das redes de apoio, saúde, justiça, assistência social e educação (CREAS, CRAS, CASA DAS MULHERES E ESCOLAS), capacitação dos profissionais, promover a atenção à saúde (física e psicológica) das vítimas, desenvolver trabalhos com as famílias para combater as formas de violência.

2.3.2.2.2 Estratégias de enfrentamento

A categoria “estratégias de enfrentamento” é uma ramificação composta pelas classes 4, 1 e 2. As palavras que representam essa categoria foram sistematizadas na análise similitude e justificam a necessidade de ações para atender crianças e adolescentes, que convivem em um contexto de violência (Figura 6).

Figura 06: Similitude das relações das palavras dentro das estratégias de enfrentamento



Fonte de dados: Elaboração dos autores com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2020.

Na Figura 6, observa-se que foram formados 05 *clusters*. O *cluster* que mais se destacou foi o de cor amarela, em que as palavras criança e adolescente aparecem no centro, interligadas a palavras no mesmo grupo, que remetem ao contexto familiar em que elas estão envolvidas: caso, mulher, violência, presenciar, violência doméstica, presenciar, vítima, intervenção, acompanhar, dentre outras. A palavra criança também se liga aos *clusters* verde, rosa, azul e roxo. Observa-se que as linhas que ligam os *clusters* vão se tornando mais finas e o *cluster* mais distante é o de cor rosa, composto pelas palavras comportamento, escola, agressivo, apresentar. Segundo Zhang e Banerji⁴¹, quanto mais próximos estão os *clusters*, mais forte é o elo de ligação entre eles.

O resultado da análise de similitude trouxe indicações da necessidade de estruturação da política de atendimento aos filhos de mulheres vítimas da violência doméstica/familiar. Estudos têm demonstrado que crianças que presenciam a violência conjugal enfrentam maiores riscos de apresentar ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, pesadelos, conduta agressiva e maior probabilidade de sofrerem abusos físicos, sexuais e emocionais a curto e longo prazo. Logo, este tipo de abuso não deve ser desconsiderado, mas caracterizado como um crescente problema de

⁴¹ ZHANG, W., & BANERJI, S. (2017). Challenges of servitization: A systematic literature review. *Industrial Marketing Management*, v. 65, pp. 217-227. Disponível em: <https://www.yellowcats.nl/media/1531/challenges-of-servitization-industr-mark-mgt-meta-study-2017.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

saúde pública. Há, ainda, o agravamento de revitimização dos membros da família atingidos por essa violência, caso haja a permanência no ambiente das agressões⁴²⁴³.

Portanto, é de grande importância que as vítimas do testemunho da violência sejam tratadas como vítimas de abusos e maus-tratos familiares, o que justifica o desenvolvimento de ações para o enfrentamento dos reflexos da violência na vida delas. Essas ações devem ser desenvolvidas por equipes multidisciplinares (educadores, assistentes sociais, psicólogos, advogados, dentre outros) para a realização de trabalhos de assistência, prevenção e combate à violência familiar.

A partir da análise das estratégias de enfrentamento, percebe-se que há a consciência da existência do crime pela exposição à violência doméstica/intrafamiliar. Entretanto, não há oficialmente essa política, o que justifica o melhoramento da política apresentada para que haja uma integração nesse âmbito.

2.3.2.2.3 Diagnóstico do problema

A ramificação mais interligada entre si, composta pelas classes 01 e 02, foi nomeada de “diagnóstico do problema”. A Figura 2 traz um resultado relevante para esta ramificação, quando analisa as palavras que compõem o *cluster* do diagnóstico do problema (cor rosa). Observa-se que as palavras diagnóstico, recurso, rede, instrumento, instituição e lei estão interligadas por linhas muito finas, indicando falhas na fase do diagnóstico do problema. Além disso, o *clusters* cor rosa se encontra distante dos demais.

Dessa análise, é possível fazer o diagnóstico do problema: falhas nos atendimentos às vítimas da violência doméstica e familiar. Demonstrando necessidade de melhoramento da política para que seja fomentado um conjunto de ações para combater e prevenir os efeitos da violência doméstica na vida das mulheres e seus filhos.

3. CONCLUSÃO

⁴² MADALENA, M., CARVALHO, L.F., & FALCKE, D. (2018). Violência conjugal: O poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Trends in Psychology*, v. 26, n. 1, pp. 75-91. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n1/v26n1a04.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

⁴³ PAIVA, T.T., PIMENTEL, C.E., & MOURA, G.B. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 10, n. 2, pp. 215-227. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200007. Acesso em: 06 out.2020.

O presente trabalho visou estudar os atendimentos prestados pelas instituições de atendimento às mulheres e aos seus filhos. Há uma fragilidade nas ações implementadas pela política pública de atendimento em rede, o que compromete o processo de atendimento às vítimas diretas e indiretas da violência doméstica e, ou, intrafamiliar.

Baseada na Teoria do Programa, visualiza-se a necessidade de que as ações da rede de atendimento às mulheres/mães e às crianças e adolescentes/filhos, sejam elaboradas de maneira integrada entre as áreas da saúde, educação, serviços sociais, direitos humanos e justiça. As instituições, serviços governamentais e não governamentais (como escolas, Polícia Militar, CREAS, CAPS, conselho tutelar, escola, Casa das Mulheres, sociedade) devem atuar no enfrentamento dos efeitos negativos da violência. Por isso, é importante o elo de ligação nas etapas da construção de políticas públicas, desde o diagnóstico, construção das estratégias de combate e prevenção à execução das ações, visualiza-se a necessidade do trabalho conjunto das instituições.

Os indicadores iniciais de efetividade do eixo justificam a reestruturação e/ou melhoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar, para que ações implementadas atinjam todos envolvidos e não sejam descontinuadas antes de atingir seus objetivos. Sugere-se criar um sistema integrado entre a rede de apoio (saúde, justiça, assistência social e educação), para que possam incluir a exposição à violência familiar em suas atividades; capacitar os profissionais, para que possam identificar os problemas de comportamento nas crianças decorrentes de problemas com suas famílias; promover a atenção à saúde (física e psicológica) e às vítimas do testemunho da violência familiar; e, desenvolver trabalhos com as famílias no intuito de combater e prevenir as formas de violência no espaço familiar.

Referencias

BRASIL. (2010). Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, p. 34. [882143] CAM. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html>. Acesso: 10 nov. 2020.

_____. Ministério da Cidadania. (2015). Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: DF.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

_____ (2014). Lei n. 13.431, de 13 de julho de 2017. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm. Acesso: 20 abr. 2020.

_____ Casa Civil da Presidência da República. (2018). Avaliação de Políticas Públicas – Guia Prática de Análise Ex Ante. Brasília, DF. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688 Acesso: 20 out. 2020.

_____ Senado Federal. (2020). CDH aprova monitoramento eletrônico de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. *Brasília, DF*: Senado Federal. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/12/cdh-aprova-monitoramento-eletronico-de-medidas-protetivas-da-lei-maria-da-penha>. Acesso: 11 dez.2020.

CAMARGO, B.V., & JUSTO, A.M. (2013). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso: 10 dez.2020.

CARVALHO, M. M., FLEURY, A., & LOPES, A. P. (2013). An overview of the literature on technology roadmapping (TRM): contributions and trends. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 80(7), pp. 1418-1437. Disponível: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162512002934?via%3Dihub>. Acesso: 05 jan. 2021.

CASSIOLATO, M., & GUERESI, S. (2010). Como elaborar Modelo Lógico. *IPEA*, Nota Técnica nº 6. Brasília, DF.

CLARKE, A., *et al.* (2020). Violence exposure and young people’s vulnerability, mental and physical health. *International Journal of Public Health*, v.65 pp. 357–366. Disponível: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00038-020-01340-3>. Acesso: 09 nov.2020.

COUTO, P. L. S., *et al.* (2020). A presença do genitor no pré-natal: um estudo de representação sociais com gestantes. *Rev. Enferm, UERJ*, Rio de Janeiro, v.28. Disponível: _____ <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/43407>. Acesso: 07/12/2020.

COUTO, P. L.S., *et al.* (2018). Dilemmas and challenges for HIV prevention in representations of Young Catholics. *Online braz. J. nurs*, v. 17, n. 1, pp. 97-108. Disponível: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5909>. Acesso: 14 mar.2019.

ELIAS, N. Ü. Z. (1998). Frankfurt am Main: Suhkamp Taschenbuch Verlag, 1984. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). (2020). Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19. Disponível: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/. Acesso: 09 dez.2020.

FREITAS, G., & SILVEIRA, S. F. R. (2015). Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. Planejamento de Políticas Públicas, n. 45, jul./dez. Disponível: <file:///C:/Users/andre/Downloads/504-2057-1-PB.pdf>. Acesso: 19 dez. 2020.

GODO, C. K., FREITAS, S. M. F., & CARVALHO, T. B. (2011). Motivação na Aprendizagem Organizacional: Construindo as Categorias Afetivas, Cognitivas e Social. ADM. MACKENZIE, v. 12, n. 2. São Paulo. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ram/v12n2/a03v12n2.pdf>. Acesso: 08 mar. 2020.

HASSELLE, A.J., *et al.* (2020). 'Childhood Exposure to Partner Violence as a Moderator of Current Partner Violence and Negative Parenting', Violence Against Women, v.26 n.8, pp. 851–869. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1077801219847291>. Acesso: 04 dez.2020.

JUNUZZI, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, pp. 137-160, abr.- jun. Disponível: <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>. Acesso: 12 set. 2020.

LEAL, M. B. G., SOUZA, R., & CASTRO, A. C. D. (2015). Desenvolvimento Humano e teoria bioecológica: ensaio sobre “O contador de histórias”. Psicol. Esc. Educ, vol.19, n.2, Maringá. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000200341&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 28 mai. de 2020.

MADALENA, M., CARVALHO, L.F., & FALCKE, D. (2018). Violência conjugal: O poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. Trends in Psychology, v. 26, n. 1, pp. 75-91. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v26n1/v26n1a04.pdf>. Acesso: 22 nov. 2020.

MOREIRA, V. S., & SILVEIRA, S. F. R. (2018). Minha Casa, Minha Vida: Proposta de Avaliação com base na Teoria do Programa. RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v.7, n. 1, jan-abri. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24713>. Acesso 23 nov, 2020.

ORR, C., *et al.* (2020). A Demographic Profile of Mothers and Their Children Who Are Victims of Family and Domestic Violence: Using Linked Police and Hospital Admissions Data. Journal of Interpersonal Violence. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260520916272>. Acesso: 15 dez.2020.

PAIVA, T.T., PIMENTEL, C.E., & MOURA, G.B. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerais*: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 10, n. 2, pp. 215-227. Disponível:

Costa, Teixeira & Sani. A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200007. Acesso: 06 out.2020.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. (2020). Violência Doméstica – Por Município. Armazém de Dados do CINDS/PMMG, Minas Gerais: PM. Nº PM 150.433-1. Disponível: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar?id=806944A259B7>. Acesso: 10 nov.20.

VIÇOSA (MG). (2020). Núcleo Mulher Viçosa amplia o atendimento à mulheres na cidade. Disponível: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/nucleo-mulher-vicosa-amplia-o-atendimento-a-mulheres-na-cidade/72147>. Acesso: 04 dez.2020.

RIBEIRO, M.C.O., & SANI, A.I. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, pp. 176-186. Disponível: <http://hdl.handle.net/10284/909>. Acesso 10 dez.2020.

RIBEIRO, A. (2015). Teoria de mudança: aplicações e aprendizados em uma experiência brasileira. Revista Brasileira de Avaliações, vol.9, pp. 4-15. Disponível: <http://dx.doi.org/10.4322/rbma201509002>. Acesso: 12 dez. 2020.

RIVAS, E., BONILLA, E., & VÁZQUEZ, JJ. (2020). Consequências da exposição a abusos na família de origem entre vítimas de violência praticada por parceiro íntimo na Nicarágua. American Journal of Orthopsychiatry, v. 90 n.1, pp. 1-8. Disponível: <https://doi.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fort0000374>. Acesso: 15 mar. 2020.

SANI, A. I. (2002). Crianças expostas à violência interparental. In C. Machado., & R. A. Gonçalves (Coords.), Violência e vítimas de crime, vol.2, pp. 95-131). Coimbra: Quarteto Editora.

SANI, A. I., & ALMEIDA, T. (2011). Violência interparental: a vitimação indireta de crianças. In A. I. Sani (Coord.), Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais. Edições Almedina, Coimbra, pp.11-32.

SHARPE, G. A. (2011). Review of Program Theory and Theory-Based Evaluations. American International Journal of Contemporary Research, v.1, n.3.

SILVA, S.A., *et al.* (2015). Análise da violência doméstica na saúde das mulheres. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano. v.25, n.2, pp. 182-186. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/103009>. Acesso: 20 jan.2021.

SINGULANO, Y. L., & TEIXEIRA, K. M. D. (2020). Percepção de adolescentes sobre as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Oikos: Família E Sociedade Em Debate, v. 31, n. 1, pp. 96-118. Disponível: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/8979>. Acesso: 20 jan. 2021.

WAGNER, J., *et al.* (2019). Intergenerational Transmission of Domestic Violence: Practitioners' Perceptions and Experiences of Working with Adult Victims and

Costa, Teixeira & Sani. *A política pública de atendimento às vítimas da violência doméstica/intrafamiliar: as representações sociais dos profissionais da rede pública.*

Perpetrators in the UK: Practitioners' Perceptions of Domestic Abuse Transmission. *Child Abuse Review*, v. 34, pp. 577–588. Disponível: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10896-018-0018-9>. Acesso: 06 mai.2020.

WEISS, C. H. (1998). *Evaluation: Methods for studying programs and policies*. 2. New Jersey: Prentice Hall.

ZHANG, W., BANERJI, S. (2017). Challenges of servitization: A systematic literature review. *Industrial Marketing Management*, v. 65, pp. 217-227. Disponível: <https://www.yellowcats.nl/media/1531/challenges-of-servitization-industr-mark-mgt-meta-study-2017.pdf>. Acesso: 15 dez. 2020.

AGRADECIMENTO

O artigo apresentado é financiado pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao CNPQ pelo incentivo à pesquisa pública nacional de qualidade.